



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7609 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA

Maricélia de Souza Pereira Moreira - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Roziane Aguiar dos Santos - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de pandemia, várias medidas e protocolos de segurança foram sugeridos à população como forma de evitar a propagação da COVID-19, doença que vem provocando consequências nas esferas política, econômica, social, cultural e educacional no país/mundo. Dentre as medidas adotadas, decretos estaduais e municipais regulamentaram a suspensão das aulas presenciais, em instituições públicas e privadas, a partir de março de 2020. Desde então, alguns estados e municípios, tentando repensar e reorganizar o ano letivo de 2020, emitiram notas e orientações para o ensino, na tentativa de recuperar esse período de fechamento das escolas, utilizando como principal estratégia os meios digitais[1] para disponibilizar diferentes atividades às crianças e aos estudantes.

Em se tratando da Educação Infantil, essa nova forma de organizar e fazer as atividades gerou muitas desconfianças e inseguranças nas famílias, nos profissionais que atuam na EI e entre estudiosos, pesquisadores dessa etapa da Educação Básica. Nesse contexto, se insere esta pesquisa desenvolvida no primeiro semestre de 2020 em municípios da região Território Litoral Sul[2] da Bahia. O estudo buscou reunir dados e informações sobre a organização de municípios baianos para o atendimento à Educação Infantil nesse contexto.

As informações, dados e depoimentos foram recolhidos entre os meses de abril a maio de 2020, contou com a participação de 30 profissionais da educação (Secretários/as de Educação, Coordenadores/as das Secretarias Municipais de Educação, Coordenadores/as Pedagógicos/as, Gestores/as e Docentes) de 14 municípios do Sul da Bahia. Para obtermos as respostas utilizamos o aplicativo *whatsapp* e *facebook* em que enviamos os objetivos do

trabalho e deixamos que fossem livres as repostas das profissionais em atividade na Educação Infantil[3] e demais profissionais que trabalham com essa etapa.

Este trabalho, recorte da pesquisa supramencionada, visa apontar as implicações do contexto da pandemia da COVID-19 para as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente na EI nos municípios pesquisados. Consideramos que no atual contexto pandêmico e de distanciamento social, há alterações nas condições dos (as) trabalhadores (as) docentes. Nesse sentido, esse texto busca responder: quais as implicações do atual cenário da pandemia da Covid-19 para o trabalho docente na Educação Infantil em municípios do Sul da Bahia?

Visando cumprir o objetivo pretendido pelo trabalho em tela, inicialmente apresentamos algumas informações sobre a organização das redes municipais de ensino para o atendimento educacional às crianças. Em seguida, são contextualizados os relatos das profissionais da Educação Infantil, concentrando as análises acerca das condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, fundamentadas nas ponderações teóricas de Basso (1988) e VIEIRA (2008). Por fim, as conclusões.

2 ORGANIZAÇÃO DAS REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO SUL DA BAHIA PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS CRIANÇAS

No que se refere à forma como os municípios pesquisados se organizaram para o atendimento a Educação Infantil nesse período de pandemia da COVID-19 e das medidas de distanciamento social, algumas redes municipais tiveram as primeiras iniciativas a partir da segunda quinzena de abril/2020, por meio da mobilização dos (as) gestores (as) escolares, coordenadores (as) e professores (as).

Anterior ao Parecer nº 05/2020, de 28/04/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a respeito da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, algumas Secretarias de Educação disponibilizaram atividades pelas redes sociais, *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp* e uso de rádio, para as etapas da educação (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais), com algumas orientações não por série/ano ou turma específica.

Essas iniciativas tiveram como finalidade manter os vínculos entre escola família e gerar um ambiente acolhedor para as crianças. Em algumas redes municipais, não assumiram caráter obrigatório quanto à participação dos/as professores/as nas atividades, diante das dificuldades na condução dos trabalhos pedagógicos por parte de alguns/algumas professores/as. Contudo, as orientações ocorreram sem discussão com os profissionais da educação e com uma proposta sem fundamentação e/ou regulamentação em qualquer documento legal.

Posterior ao parecer referenciado, com base na Resolução CEE nº 27, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre orientações às instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia, nos termos da composição definida pelo Art. 21, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº 9.394/1996) e com base em orientação dos órgãos de apoio educacional aos Municípios do Litoral Sul da Bahia, alguns municípios elaboraram um Plano de Ação cuja estratégia adotada foi a de propor atividades orientadas numa perspectiva virtual com utilização de mídias digitais, e atividades impressas para ser entregues nas casas das famílias sem acesso à internet, como possibilidade de alcançar as crianças e os alunos da Educação Básica. Das 14 Secretarias de Educação que participaram da pesquisa, 12 organizaram seus respectivos Planos de Ação. Os sujeitos participantes da

pesquisa informaram que as propostas levaram em consideração a realidade local e foram avaliadas pelo Conselho Municipal de Educação/CEE.

Com base nos depoimentos das participantes da pesquisa, e trazemos um recorte dos extratos de informações, o desenvolvimento das ações esbarrou em várias barreiras:

[...] durante o andamento da proposta, mesmo tendo muitos feedbacks e muitos acessos na página e visualizações dos vídeos, percebemos que não alcançamos todos os alunos e crianças, pois muitos não têm acesso a celular e mesmo com os dias da programação da rádio FM, não conseguimos alcançar os quase 3200 alunos matriculados na rede [...] (Coordenadora do Departamento de Educação Básica, Município A, maio de 2020).

A Educação Infantil sempre encontrou uma barreira com relação às atividades domiciliares, uma vez que para execução destas as crianças necessitam do apoio da família e isso nem sempre é fácil. Com o distanciamento social essa barreira só tende a aumentar mais e mais (Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, Município A, abril de 2020).

[...] estamos tentando, mas não está sendo fácil. São orientações e atividades muito superficiais e não podemos cobrar dos responsáveis, apenas sensibilizamos para que essas crianças não fiquem tão aquém do processo de aprendizagem. As dificuldades são muitas: pais sem estudos, o não acesso à internet e o desafio para os professores inovar e motivar essa parceria (Coordenadora da Educação Infantil, Município F, maio de 2020).

A partir dos relatos evidenciamos que as ações desenvolvidas pelas redes municipais têm sua importância, contudo, além de não atender a totalidade das crianças, sugerem a presença de desafios relacionados ao envolvimento e participação das famílias e o acesso a internet que não é para todos/as. Importante destacar que em muitos desses núcleos familiares manterem a vida e a sobrevivência são as questões prioritárias e emergenciais no atual contexto de agravamento das desigualdades sociais, principalmente, pelas altas taxas de desemprego na região frente à crise política e econômica que se agravou com a pandemia.

Ademais, os depoimentos também sugerem que além da complexidade que tem caracterizado a realização do trabalho docente nesse cenário tão controverso, recai sobre as professoras a tarefa de motivar as famílias a “ocupar o lugar” da professora. Em se tratando dessa relação com a família, entendemos ser uma problemática antiga que se acentua no contexto da pandemia.

No nosso entendimento, o desafio de conhecer os núcleos familiares da classe trabalhadora e encontrar as melhores estratégias para aproximar essas famílias da sua corresponsabilidade na parceria com a escola é uma questão que requer atenção dos sistemas municipais de ensino, além de ações públicas articuladas em rede, com a participação de diversos órgãos e instituições do poder público municipal.

3 CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste texto, compreendemos o trabalho docente em sua totalidade, em que não se limita à soma das partes, mas visto em suas relações essenciais, em seus elementos articulados, responsáveis pela sua natureza, sua produção e seu desenvolvimento (BASSO, 1988, s/p). A compreensão da categoria trabalho docente à luz dessa perspectiva, presume o entendimento da indivisibilidade de suas dimensões constitutivas, as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente.

Segundo VIEIRA (2008), as condições objetivas do trabalho docente incluem as condições efetivas do trabalho do professor: “a carga horária; tempo de planejamento coletivo e individual; grupos de estudo; formação continuada; pessoal de apoio; acompanhamento pedagógico” (VIEIRA, 2008, p. 162). Pensar essas condições objetivas requer considerar que as professoras disponham de recursos didáticos, que incluem material de consumo (papel, tinta, tesoura, lápis, borracha, caderno, fotocópia, material impresso, etc.); material didático (livros de apoio, livros de literatura, retroprojeter, data show, computador, etc.) (VIEIRA, 2008, p. 162).

Quando pensamos essas condições no contexto da pandemia, soma-se a esses recursos didáticos a presença de uma internet de qualidade tanto para os/as docentes quanto para as famílias das crianças. O que nesse período de pandemia evidencia a ausência dessas condições às docentes:

A internet auxilia os professores nesse período, contudo, como adaptar-se a essa realidade que está sendo apresentada, se a grande maioria não possui formação adequada para a utilização dos novos recursos tecnológicos, muitos não têm acesso a estas ferramentas em suas casas, e nem as escolas em que trabalham oferecem (Professora da Educação Infantil, Município E, maio de 2020).

Este cenário também pressupõe a presença de competências e habilidades necessárias ao uso de recursos tecnológicos na organização e preparação do trabalho docente, o que sugere “novas” necessidades tanto do ponto de vista da aquisição de novos recursos didáticos, quanto formativas, exigindo da gestão municipal a garantia de formação continuada.

Quanto às condições subjetivas, VIEIRA (2008) define:

O sentido da ação docente a partir da compreensão do trabalho como função estritamente humana e sua função específica na estrutura social, na sociedade capitalista. Envolve o trabalho como característica humana incluindo: o sentido da atividade docente, compreendida a partir do significado do trabalho pedagógico na escola capitalista; intencionalidade da ação educativa; produção do conhecimento como característica humana (VIEIRA, 2008, p. 163).

Quando envolve o significado do trabalho docente, a mediação e interação são essenciais à atividade docente e sua relação com a criança e a cultura, pois nessa interação “propicia a apropriação de instrumentos culturais básicos que permitam elaboração de entendimento da realidade social e promoção do desenvolvimento individual” (BASSO, 1988, s/p). Desse modo, a atividade docente envolve um conjunto de ações intencionais, conscientes, dirigidas para um fim específico, na interação entre docente e criança.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil/DCNEI de 2009, em seu Art. 9º, ao dispor sobre a organização do trabalho pedagógico nessa etapa, ressalta a interação como um dos eixos estruturantes do trabalho a ser desenvolvido junto às crianças, evidenciando o sentido da ação docente. Em tempos de pandemia e com o distanciamento social, essa ação docente estritamente humana, mediadora e interativa é refutada, como relatam as professoras:

Temos reuniões uma vez por semana com a coordenação geral da Educação Infantil que disponibiliza um plano de atividades e orientações de como desenvolver com as crianças. Tais atividades, já que é em casa, não se pode trabalhar da mesma forma que se faz na escola. A preocupação maior é que estas atividades sejam lúdicas, atraentes e adequadas para cada turma da Educação Infantil (Professora da Educação Infantil, Município D, maio de 2020).

Esse distanciamento é muito triste e é algo que não estamos acostumados, principalmente na profissão professor que é tão calorosa sempre (Professora da Educação Infantil, Município H, maio de 2020).

A partir dos relatos, salientamos a preocupação com o caráter lúdico e adequado das atividades, contudo, qual o sentido desse trabalho com as crianças? Suas necessidades emergenciais no atual contexto pandêmico estão sendo asseguradas? Suas famílias e as próprias crianças foram ouvidas sobre as suas necessidades e preferências nesse cenário de medos, incertezas e inseguranças? Em que medida a utilização de recursos tecnológicos e da internet como centrais na mediação do trabalho pedagógico realizado com crianças contribuem com o seu desenvolvimento e aprendizagem?

Ademais, o cenário da pandemia nos direciona a pensar sobre o importante papel do/a professor/, especialmente no contexto da Educação Infantil. A partir dos relatos aqui descritos podemos inferir que as famílias da escola pública não dão conta de garantir essa educação que exige conhecimento formal, ações planejadas, dirigidas a um fim específico. Também demonstra que não cabem atividades por meio digitais para “forjar” mediação e interação com as crianças, mesmo que as atividades tenham intenções lúdicas e prazerosas. A gestão municipal precisa discutir coletivamente com os/as profissionais da educação e a comunidade geral a questão da oferta educacional desde que se incluam as condições de trabalho dos profissionais.

Esse cenário também tem provocando sentimentos às profissionais da Educação Infantil conforme relatam:

Estamos vivendo um momento de incertezas e medo, pois esse vírus é novo e com um índice de mortalidade muito grande, praticamente toda a população é suscetível à infecção (Gestora Escolar da Educação Infantil e Ensino Fundamental/Anos Iniciais, Município B, maio de 2020).

A quarentena é um momento muito difícil e triste. Sentimos uma sensação de impossibilidade, medo, angustias e muitas incertezas. Mas, estou procurando manter a calma e ter paz. Tenho dois filhos e procuro conciliar o trabalho de casa com as atividades de estudos e tempo para as crianças e o esposo (Professora da Educação Infantil, Município F, maio de 2020)

A presença do medo, incerteza, sensação de impotência são os primeiros sentimentos expostos pelas profissionais, e a dificuldade em realizar o distanciamento social e continuar a ação docente que exige o contato, a interação com as crianças. Segundo as profissionais essa situação de distanciamento tem gerado uma sensação de ausência, afetando diretamente o psicológico.

Além dessa dificuldade de contato com as crianças, a reorganização do trabalho com o uso dos meios tecnológicos, expõe o fazer docente e, nessa condição, toda comunidade pode acompanhar as atividades desenvolvidas pelos profissionais, o que tenciona a sua ação docente, ainda mais com as dificuldades no uso das ferramentas tecnológicas. O trabalho do profissional da Educação Infantil é exposto e colocado em “avaliação” permanente, por diferentes sujeitos, o que mexe ainda mais com o seu psicológico.

4 CONCLUSÃO

As evidências das condições objetivas do trabalho docente apontam para o aparecimento de novas demandas em relação à aquisição de recursos didáticos e acesso a internet, exigindo das professoras disporem de equipamentos e rede que implicam em questões financeiras. O trabalho realizado em casa requer maior consumo de serviços que são custeados pela própria professora.

Em relação às condições subjetivas destaca-se a necessidade de formação dos/as

profissionais da educação, em que suas ponderações sejam ouvidas, principalmente nesse momento de pandemia da COVID-19, em que há a presença de sentimentos de medo, impotência, insegurança, angústia. O sentido do trabalho perpassa pela ação que é essencialmente humana, e nesse sentido, é preciso considerar a realidade das docentes. No atual momento da pandemia da COVID-19, essas questões exigem atenção especial.

REFERÊNCIAS

BASSO, Itacy Salgado. **Significado e sentido do trabalho docente**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-2621998000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000100003&script=sci_abstract&tlng=pt.

BAHIA. **RESOLUÇÃO CEE/Nº:27/2020**. Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID19. Salvador (BA), 25 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, (DF), 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB** (Lei nº 9.394/1996). Brasília, (DF), 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, (DF), 2009.

BRASIL. **PARECER CNE/CP Nº: 5/2020** - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, (DF), 28 de abril de 2020.

VIEIRA, Emilia Peixoto. **Gramsci e suas contribuições para a compreensão do Trabalho Docente**. Trabalho & Educação – vol.17, nº 1 – jan. / abr. – 2008. p. 153-165

Palavras-chaves: Trabalho docente; Condições objetivas; Condições subjetivas; Educação Infantil; COVID-19.

[1] Neste trabalho usamos o termo “meios digitais” para caracterizar a utilização de algumas redes sociais como *Facebook, Instagram, Whatsapp*.

[2] Este território abrange uma área de 14.736,20 Km², é composta por 26 municípios, com limites extremos em

Maraú ao norte e Canavieiras ao Sul. A estimativa da população do território, em 2018, foi de 741.719 habitantes, dos quais 139.828 vivem na área rural (18,10% do total). Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades quilombolas e duas terras indígenas (IBGE, 2018).

[3] Termo utilizado para designar os seguintes profissionais: professoras, coordenadoras pedagógicas e gestoras.